

A propósito de identidades sociais: uma análise da constituição do processo de identificação perante a influência da mídia¹

Isadora Nascimento Pereira de Sousa²

Gustavo Fortes Said³

Universidade Federal do Piauí – Teresina, Piauí

Resumo

A mídia cria e reforça significados e representações, que auxiliam na interpretação da realidade e funcionam como pontos de identificação. Partindo desse pressuposto, o presente trabalho busca compreender e analisar como estão os estudos acerca das identidades sociais e dos meios de estabelecimento destas, bem como verificar a relevância e influência da relação entre elas e a mídia. Para tal, utilizando-se da Pesquisa Bibliográfica, o artigo foi desenvolvido baseado, principalmente, nas idéias sobre identidade social e cultural de Hall (2000; 2016), trazendo à luz a teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici (2015) e pesquisas acerca de como a mídia intervém nesse processo. Ao final, o que se pode perceber é a adoção da concepção de que as identidades são diversas e plurais e que os meios de comunicação atuam diretamente no estabelecimento e consolidação destas por meio da produção de sentidos e significados.

Palavras-Chave: Identidades; Representações Sociais; Mídia

Introdução

O processo de globalização trouxe e traz constantes, rápidas e profundas transformações para o mundo e a sociedade dita pós-moderna e vem alterando significativamente o cenário das relações sociais, políticas, econômicas e culturais. O resultado é a interferência direta no modo como as sociedades e as nações se organizam perante a nova conjuntura a que estão submetidas.

Uma dessas mudanças tem sido o acelerado e intenso desenvolvimento dos meios de comunicação, influenciando diretamente na constituição das relações sociais entre os sujeitos

¹ Trabalho apresentado no II08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, realizado de 05 a 07 de julho de 2018.

² Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí em 2017.2. E-mail: isadora.npsousa@gmail.com.

³ Orientador do trabalho. Professor Doutor do curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal do Piauí. E-mail: gsaid@uol.com.br.

e na compreensão de si enquanto sujeito social e alterando a produção e circulação de modelos de interpretação da realidade (CASTRO; PADRO, 2012).

É nesse contexto que se insere e se acaloram as discussões acerca do indivíduo e sua(s) identidade(s), bem como o processo de constituição desta última. Como parte dessa enxurrada de modificações, os estudos passam a dar mais importância ao contexto social em que os indivíduos estão e qual a real influência dele no estabelecimento das relações sociais. Dessa forma, cria-se a dicotomia entre a ideia de identidade inata e identidades flexíveis (HALL, 2000, 2016).

Partindo desse ponto, o presente artigo pretende analisar e verificar em que estágio se encontra os estudos sobre a questão da identidade em si e sobre a relação e implicações existentes entre o processo de formação de identidades e a mídia, perpassando pelas representações sociais.

À luz da Pesquisa Bibliográfica, a relevância do trabalho se encontra na manutenção, reforço e disponibilização de novas fontes de conhecimento (SANTAELLA, 2001). Desse modo, a intenção desta pesquisa é mostrar qual caminho vem sendo percorrido nas discussões acerca das identidades e de qual a real influência dos meios de comunicação na constituição destas.

A fim de atingir o objetivo supramencionado, a primeira parte do artigo busca realizar um apanhado do desenvolvimento das pesquisas sobre identidades e explicitar como acontece o processo de construção da mesma, recorrendo-se aos estudos de Hall (2000, 2016). Em seguida, elucida as questões sobre como as representações sociais funcionam como pontos de reconhecimento e identificação para os indivíduos, com base nas ideias de Moscovici (2015). E, por fim, relaciona a configuração de uma sociedade intrinsecamente ligada à mídia à modelação das relações sociais e, portanto, à construção de suportes identitários para os sujeitos sociais.

A constituição de identidades: a alteridade como ponto de partida

Etimologicamente, a palavra “identidade”, em sua significação gramatical mais simplória e originária do latim *identitas* – isto é, idem, mesmo, idêntico -, estaria relacionada ao conjunto de características de um indivíduo ou grupo que os diferenciem dos demais. Tais traços identitários são o que individualizam ou pelo menos o que se crê como consciência de si mesmo enquanto ser individual e social e que os distinguem dos outros (sujeitos ou grupos).

Ainda que a ideia refletida acima seja superficial, ela revela o cerne acerca dos estudos e deste estudo: a constituição de identidade(s) acontece em relação e em função do Outro (indivíduo, grupo, coletivo, sociedade, entre outros). Pollak (1992) argumenta que “Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros” (POLLAK, 1992, p. 204).

Assim, o ponto de partida para o estabelecimento e a construção ou remodelação de identidades é o próximo, é o Outro, e as relações com ele estabelecidas nos mais diversos âmbitos constituintes da sociedade, seja familiar, laboral, político, social, nacional. O indivíduo existe enquanto corpo material, entretanto “[...] existir é ser chamado à existência em relação a uma alteridade, seu olhar ou lócus. É uma demanda que se estende em direção a um objeto externo [...]” (BHABHA, 1998, p. 76).

Em sua obra “O Local da Cultura”, Bhabha (1998) discorre acerca da relação colonizador x colonizado (nativo) estabelecida coercitivamente com o Imperialismo ou Neocolonialismo⁴ nos séculos XIX e XX. A existência da figura do colonizador enquanto superior, hegemônico, dominador só é possível a partir da existência das identidades do colonizado: inferior, dominado, passivo e vice-versa.

O processo de identificação e, consequentemente, as identidades são, portanto, relacionais. Dependem de algo externo ao sujeito, ao grupo, ao coletivo para que existam e sejam reconhecidas e identificadas como são (WOODWARD *apud* SILVA, 2000). Mas por que o Outro, quer seja um indivíduo, um grupo, um coletivo ou uma nação, é tão essencial para a construção das identidades? O Outro é o responsável direto por marcar, demarcar, delimitar a(s) diferença(s) entre umas identidades e outras. Eu sou de tal forma, me reconheço de tal modo e me identifico de certa maneira porque não sou o Outro e, assim, não me reconheço como o Outro e não me identifico com o Outro.

Woodward *apud* Silva (2000) aponta que as identidades são essencialmente marcadas e existem devido à diferença. Eu sou mulher e me identifico assim porque não sou homem. Da mesma forma, exemplificado por Woodward *apud* Silva (2000), o croata assim o é porque não é sérvio, sendo a recíproca verdadeira.

Entretanto, tal (s) diferença(s) e/ou constituição de identidades baseada na alteridade, isto é, naquilo que o distingue do outro, dos demais, apresenta alguns pontos questionáveis,

⁴ O Neocolonialismo foi uma política de expansão e domínio territorial exercida pelas potências econômicas e industriais europeias. Com o objetivo de aumentarem a margem de lucro, conseguindo diminuir os custos de produção com mão-de-obra barata e matéria-prima acessível, essas nações expandiram sua ação e área de influência para a África, Ásia e Oceania. Formando grandes impérios econômicos, os países europeus reorganizaram os territórios africanos sem considerar as infinitas culturas e etnias lá existentes e colonizaram os nativos, imprimindo seu modo de vida e cultura.

segundo defende Woodward *apud* Silva (2000). O primeiro deles está relacionado ao fato de que o estabelecimento ou identificação de uma diferença, naturalmente, conduz a um caminho de negação e, posterior, exclusão. Trazendo à luz a situação mulher x homem, para além das discussões acerca de determinações biológicas. Se eu sou mulher é porque eu não posso e não sou homem. Há um pressuposto de que não pode, não deve e não existe qualquer similaridade.

Assim, a consequência imediata é o segundo ponto: a diferença e, por sua vez, as identidades são caracterizadas como dicotomias diametralmente opostas, maniqueístas. Em uma relação estabelecida sempre como Eu x Outro, Homem x Mulher, Ocidental x Oriental, Sul x Norte, entre outros, exclui-se, automaticamente, a existência de diversidade dentro das próprias identidades e entre elas.

A referida determinação reduz as identidades a significados e representações em forma de binarismo ou oposições binárias: a mulher está associada imediatamente à emoção, ao simbolismo do coração, enquanto o homem, seu oposto, é a representação da razão, do cérebro. Assim como, o ocidental superior, hegemônico, na figura do europeu e, mais tarde, o estadunidense, e, em contrapartida, o oriental, inferior, pouco desenvolvido. Ou ainda, o branco, racional, cultural, e o negro, ligado à emoção e à natureza.

A diferença pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” ou forasteiros. Por outro lado, ela pode ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora: é o caso dos movimentos sociais que buscam resgatar as identidades sexuais dos constrangimentos da norma e celebrar a diferença (afirmando, por exemplo, que “sou feliz em ser gay”) (WOODWARD *APUD* SILVA, 2000, p. 50).

Entretanto, a posição adotada, em sua maioria e essência, é a negativa, que, pressupõe o maniqueísmo e, por consequente, determina uma relação tendenciosa de desequilíbrio de poder entre as identidades ditas opostas (DERRIDA *apud* HALL, 2016). Enquanto um é a norma, o outro, um oposto binário, é sempre inferior, dominado, estereotipado, excluído, aquilo que não se deve ser. Na relação, branco e negro, por exemplo, o primeiro é historicamente considerado “melhor”, a identidade perfeita, enquanto o segundo é subjugado.

Com base em supostas indicações biológicas, o homem é identificado como hegemônico em relação ao seu suposto oposto: a mulher. Ainda que a diferença inicialmente considerada para distinguir o sexo feminino do masculino não seja oposta, ela é continuamente usada para justificar e explicar as posições sociais que cada uma dessas

identidades ocupam e/ou devem ocupar. A mulher, sempre relacionada à natureza, a aspectos instintivos, fraqueza, emoção, e o homem, à cultura, racionalidade, força.

Hall (2016) argumenta, entretanto, que “a diferença é ‘ambivalente’” (HALL, 2016, p. 160). Ao passo que exclui, reduz, simplifica, negativa o Outro no processo de construção de identidades, ela também contribui para a identificação do ser enquanto sujeito social. Identificação essa que se inicia na fase do espelho⁵ (ou edipiana) ainda na infância e que só é possível devido à marcação dessa diferença – ou ausência desta - e do processo de conscientização da alteridade (Lacan *apud* Hall, 2016).

Quando a diferença é estabelecida somente como marcadora de oposições binárias, esta remete à perspectiva essencialista para a determinação de identidades. O essencialismo firma a identidade como fixa, imóvel, inata, resistente à passagem do tempo, à história, relacionada ao determinismo biológico e ao passado “imaginado”. Assim, os sujeitos seriam pré-estabelecidos, pré-determinados, sem possibilidades de alterações. Por exemplo, o órgão sexual determina a identidade sexual e social que um sujeito deve assumir. A mulher assume impreterivelmente a identidade de mãe e ser inferiorizado em relação ao homem, cuja biologia o define superior.

Em contrapartida, o construcionismo – ou não-essencialismo -, afirma a existência de identidades plurais, fluídas, em permanente e constante construção, remodelação ou reafirmação. Sob essa linha de raciocínio, as identidades são um processo constante, que resultam das experiências culturais, históricas, de vida por meio do compartilhamento com o Outro, do convívio social com a(s) diferença(s). Se o Outro e as relações sociais com ele estabelecidas estão sempre se modificando, o resultado disto são identidades fluídas, flexíveis.

Hall (2000a) aponta três noções de sujeitos com as quais as identidades estariam relacionadas: o sujeito iluminista, o sociológico e o pós-moderno. Os três refletem a tensão proeminente entre as duas perspectivas centrais supramencionadas sob as quais a identidade era tratada. O “sujeito do iluminismo” era um indivíduo cujo centro era ele mesmo, dotado de total consciência sobre a sua identidade, que também era imutável e inata. Esse sujeito existe no pré-modernismo, período em que havia a crença e, devido a isso não era um questão recorrente nos estudos, de que a identidade não se modificava.

⁵ A fase do espelho, explicada por Lacan – seguidor de Freud -, consiste no processo de identificação que se inicia quando a criança, que ainda não se reconhece como sujeito e, principalmente, exterior à mãe, se olha no espelho pela primeira vez e se vê representado distintamente da figura materna (no caso do menino) ou pela ausência da diferença (no caso da menina). O menino acredita nutrir um sentimento de libido pela mãe, mas enxerga na imagem do pai a resistência para concretizar tal ato, então se identifica com o paternalismo, o masculino. A menina, por sua vez, percebe a ausência do falo e se “contenta” em ocupar o mesmo lugar da mãe, inferior ao pai.

O sujeito sociológico, por sua vez, coexiste em transição. Ele representa o reconhecimento acerca da concepção de que sua identidade era o resultado das interações que ele estabelece enquanto ser social. Ao passo que houve esse avanço, o Eu ainda era o cerne da identidade. Isto é, ainda que ela também incluísse elementos do mundo exterior, o ponto de partida primordial era interno.

Já o sujeito pós-moderno coincide com a maior questão acerca da pós-modernidade, período que se vive hoje: a fluidez e liquidez. As relações sociais na era pós-moderna são fluídas, líquidas, frágeis, assim o sujeito e, conseqüentemente, as identidades que ele assume estão em um processo permanente de construção.

A fluidez que caracteriza e permeia as sociedades pós-modernas é resultado, argumenta Woodward *apud* Silva (2000), das profundas mudanças sociais que se iniciaram com o processo de globalização. A globalização provoca transformações econômicas, políticas e sociais que interferem não apenas nas relações em escala global, mas, especialmente, regional e local.

O encurtamento de distâncias, o esmaecimento das fronteiras físicas, o desenvolvimento constante de tecnologias, entre outros, permitem uma troca e interação cultural e social em uma escala jamais vista. Não há mais um centro que emane e determine estilos de vida e cultura, “mas, em vez disso, uma multiplicidade de centros” (LACLAU *apud* WOODWARD *apud* SILVA, 2000, p. 29). Dessa forma, há uma infinidade de lugares e possibilidades das quais podem surgir novas identidades, plurais.

Os sujeitos, assim, assumem determinadas identidades de acordo com o lugar no qual estão, com o papel social que representam e com o período histórico no qual estão inseridos. A sociedade pós-moderna possui uma grande quantidade de âmbitos sociais e, em cada um deles

[...] podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. Em um certo sentido, somos posicionados – e também ´posicionamos a nós mesmos – de acordo com os “campos sociais” nos quais estamos atuando (WOODWARD *apud* SILVA, 2000, p. 30).

Ao assumir essas diferentes, plurais e fluídas identidades, além de reconhecer a não existência de uma identidade fixa, o indivíduo constantemente se vê em um conflito e crise relacionado ao processo de identificação. O papel de mãe, por exemplo, pressupõe máxima atenção, cuidado e zelo, mas como o fazer se a mulher dita moderna tem uma série de outras atribuições, como trabalhar fora de casa – conquista que foi reivindicada durante décadas?

Além das questões internas, outro conflito surge exatamente das normas e convenções sociais estabelecidas para cada uma das identidades e que podem ir de encontro. A identidade feminina remete à feminilidade, delicadeza, maternidade, heterossexualidade. Uma mulher que é atleta de futebol feminino não corresponde às expectativas e limitações sociais, bem como uma mãe homossexual.

É por meio da representação que o sujeito se posiciona e adota – ou refuta – certas identidades (HALL, 2016), já que a identidade é uma questão de tornar-se e ser, em que o sujeito social participa ativamente da identificação, se posicionando, reconstruindo-o e transformando-o (HALL, 2000).

A identidade seria, pois, um processo constante de interação social com o Outro e o mundo exterior, por meio da qual o indivíduo se constrói e se constitui enquanto sujeito social, se enxerga como parte ativa de um coletivo, se identifica com o comum pelo qual se sente representado. É nesse contexto em que se estabelecem as representações, que, além de se constituírem como elementos que facilitam a compreensão do mundo, funcionam como pontos de identificação para os indivíduos.

Identidade e as Representações Sociais

Ao pensar, isoladamente, nas palavras “negro” e/ou “preto”, o que imediatamente vem à mente? Provavelmente, a primeira imagem que se conjecturou foi a de uma pessoa, cuja pele é negra/preta e todos os signos corpóreos que compõem o padrão de uma/um negra/negro (cabelos crespos, nariz arredondado, lábios carnudos, dentes extremamente brancos, entre outros).

Se for pedido que se faça um exercício mental mais complexo, como aplicar um dos dois signos gramaticais em uma frase, qual seria, então, o significado dado a eles? Tratando aqui de movimentos probabilísticos, seria remetido a qualquer uma das palavras exemplificadas o sentido metafórico e, no caso da cultura brasileira, mais usual. Resultado de uma construção histórica, cultural e social de uma sociedade, que foi durante três séculos (permitido em lei), escravagista, os termos negro e preto são, primordialmente, associados a episódios ruins, obscuros.

Há usos corriqueiros e socialmente imperceptíveis e legitimados na linguagem de expressões como “lista negra”, “a situação está preta”, “mercado negro”, “magia negra”, “câmbio negro”, “peste negra”, “buraco negro”, “humor negro”, “passado negro”, entre outros. Em todas essas e muitas outras situações do cotidiano, o sentido atribuído às palavras

é pejorativo, fruto da construção social em torno da figura do negro africano escravizado no Brasil. Ainda que o significado primeiro de negro e preto no dicionário seja referente à coloração e ao indivíduo que a possui, elas assim foram significadas e legitimadas no imaginário social do brasileiro.

A referida situação é uma tentativa de expressar, simploriamente, o que, como e quais as consequências mais diretas de um processo de representar socialmente algo, alguém, uma ideia, uma palavra, um gesto, um material físico, tudo que se constitui e ultrapassa a barreira do natural. Então, as representações sociais “produzem a mesma experiência que o mundo natural produziria” (BOWER *apud* MOSCOVICI, 2015, p. 32).

Foi Moscovici (2015), em seus estudos nos vieses da psicologia social, que utilizou, pela primeira vez, o termo representação social. O psicólogo social se contrapôs a duas das ideias centrais das teorias do sociólogo francês Émile Durkheim. Durkheim teoriza acerca do conceito de representação coletiva como um contraponto direto à ideia de representação individual e, por isso, a primeira ficaria estritamente a cargo dos estudos sociológicos e a segunda, da psicologia.

Além disso, o sociólogo tratava os termos coletivo e social como sinônimos, isto é, as representações incluiriam tudo o que estivesse relacionado ao âmbito social, sendo explanatórias e estáticas, fixas, como um conceito gramatical fechado, invólucro. Segundo a concepção durkheiminiana, tais representações seriam como “[...] camadas de um ar estagnado na atmosfera da sociedade” (MOSCOVICI *apud* MORIGI, 2004, p. 4).

Moscovici (2015), por sua vez, amplia a ideia de representação social e a compreende como um fenômeno – não mais como um conceito – dinâmico, móvel, circulante, fluido. A compreensão acima se relaciona com a estrutura interna dessas representações, que estão inseridas em um contexto social de interação, cujas relações, comportamentos, normas, códigos, convenções se modificam de acordo com o momento, com a conjuntura histórica. Moscovici (2015) explica a preterição do termo “coletivo” em relação a “social”

[...] se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum (MOSCOVICI, 2015, p. 49).

Em *Cultura e Representação*, Hall (2016) apresenta a representação como um processo de produção de sentido pela linguagem. Representar seria uma forma de tornar o mundo e todas as coisas materiais e abstratas que nele existem inteligíveis, compreensíveis e, assim, permitir e facilitar a comunicação entre os indivíduos, grupos sociais, sociedades e culturas.

A título de exemplificação, ao se deparar com a imagem, com o próprio objeto em si ou ler a palavra “cama”, o sujeito, inserido em determinado contexto cultural e social, ativa, em sua mente, o conceito que remete a um objeto retangular, usado preferencialmente para descanso à noite. Assim deve acontecer com todos os sujeitos que compartilhem dessa mesma cultura para que o processo comunicacional prossiga sem falhas de entendimento.

É parte desse mesmo processo que o ato de erguer o polegar representa um sinal positivo para a sociedade brasileira, que o código de vestimenta determina que *shorts* não são apropriados para o ambiente de trabalho, que a cor vermelha seja usada, preferencialmente, como signo proibitivo, a cor amarela em sinal de atenção e a cor verde como permissão, em referência aos semáforos padronizados da cultura ocidental. Os exemplos acima são compreendidos como tais porque assim foram significados pelas convenções e normas sociais a que estão submetidos.

A significação das coisas em um processo de construção de sentidos remete à perspectiva construtivista apontada por Hall (2016) para explicar como a representação se sedimenta. Segundo o autor, as coisas, os símbolos, os gestos, as imagens, as ideias não possuem significado por si próprias, apenas no mundo das representações, dos simbolismos. Elas existem, mas essa existência somente é reconhecida com a função que adquirem quando inseridas em sociedade “porque um som ou palavra em particular indica, simboliza ou representa um conceito, ele pode funcionar na linguagem, como um signo e transportar sentido – ou, como os construtivistas dizem, significar” (HALL, 2016, p. 49).

Woodward *apud* Silva (2000) explica que é a partir dos significados que se dão às práticas sociais que a interação, a experiência em sociedade e a forma como cada indivíduo se projeta adquirem sentido e razão de ser e existir. A autora utiliza os alimentos como exemplo de significação e, conseqüente, representação. Se no Brasil, o abacate, por exemplo, é usado, primordialmente, como uma fruta doce no preparo de vitaminas, sucos e sobremesas, nos vizinhos sul-americanos, o mesmo entra na composição de pratos salgados, como a *guacamole*.

Assim, as representações e o processo de significar só acontecem mediante a existência de um código, que sedimenta o sentido atribuído à experiência social (HALL, 2000). O código funciona como um sistema representacional que liga o objeto, o gesto, a imagem, a ideia ao conceito, isto é, relaciona o significante ao significado. Mas como o código estabelece essa relação? Ele é dependente da cultura e das convenções, comportamentos e normas sociais que existe em cada uma delas. Erguer o dedo do meio no Brasil representa um gesto obsceno, mas em outras culturas pode ser uma atitude amigável

porque os brasileiros fazem parte da mesma cultura, ou seja, compartilham dos mesmos significados, do mesmo código.

Moscovici (2015) trata a representação como uma forma de encaixar, de explicar, de enquadrar, de facilitar o entendimento acerca de tudo o que é estranho, desconhecido ou novo. Por isso, as representações sociais classificam, categorizam, organizam o mundo em modelos pré-determinados, familiares, conhecidos porque o não familiar incomoda, causa medo e angústia. Dessa forma, as representações convencionalizam os gestos, as ideias, as imagens, os objetos, as pessoas, tudo o que é de caráter social, em paradigmas existentes “através das quais nós podemos distinguir se um braço é levantado para chamar a atenção, para saudar um amigo ou para mostrar impaciência” (MOSCOVICI, 2015, p. 34).

Segundo o psicólogo social, as representações são geradas por meio de duas etapas: a ancoragem e a objetivação. A primeira delas enquadra o desconhecido em um sistema de categorias ou modelos pré-existentes e conhecidos da sociedade, trazendo-o para um contexto familiar. O segundo transforma o resultado do primeiro em realidade, em senso comum. Objetivar eleva a representação para um patamar em que é quase impossível distinguir o que é uma representação do que é efetivamente real. Dessa forma, as representações sociais são consideradas como a própria realidade.

Em um exercício simples frente à complexidade desse processo, imagine uma pessoa cujo sistema reprodutor a determina biologicamente como mulher. Imediatamente a presença do órgão sexual feminino, de seios, de cabelos compridos a encaixa socialmente como uma representante do sexo feminino. Entretanto, a prática esportiva do futebol traz contornos corporais enquadrados como masculinos e o ambiente em si já é considerado território praticamente exclusivo dos homens. É um indivíduo “estranho”, novo, que, ao ser comparado com os paradigmas existentes, não se encaixa no padrão de feminilidade estabelecido socialmente.

Esses mecanismos transformam o não-familiar em familiar, primeiramente transferindo-o a nossa própria esfera particular, onde nós somos capazes de compará-lo e interpretá-lo; e depois, reproduzindo-o entre as coisas que nós podemos ver e tocar e, conseqüentemente, controlar (MOSCOVICI, 2015, p. 61).

Para Hall (2016), esse processo de classificar é sempre arbitrário, aleatório e independente da relação que se estabelece entre a coisa e o significado porque, por exemplo, qualquer cor poderia ser associada à ideia de feminilidade, mas o rosa foi eleito como tal. Assim como a ligação estabelecida entre o azul e o homem. Moscovici (2015), entretanto, argumenta que o produto dessa classificação pode ser qualquer um, mas é o código que o determina assim uma vez que haja uma ideia geral e comum, a relação que se estabelece entre

o objeto, o gesto, a imagem e o significado se torna uma prática social compartilhada e necessária para todo o grupo social, isto é, uma representação social.

Apesar da suposta arbitrariedade e da subordinação a convenções e paradigmas sociais, estigmatizando ainda mais certos conceitos, ideias, as representações são essenciais à sociedade. Em um pensamento compartilhado, Hall (2016) e Moscovici (2015) apontam as representações sociais como um local de identificação, em que há uma necessidade latente de conferir identidades sociais ao desconhecido, ao estranho.

Os sistemas simbólicos são uma das possibilidades de identificação, ao representar o que se é ou o que se pode tornar, conforme defende Woodward *apud* Silva (2000). Os símbolos, sejam eles físicos ou abstratos, são sempre associados a uma(s) identidade(s) e são usados como mecanismos de representação dela.

O futebol é símbolo da identidade brasileira, a agressividade ou frieza são representativos da identidade do homem ou a saia, uma vestimenta antes usada preferencialmente por homens, que simboliza a feminilidade idealizada como se confirma no discurso do presidente da Federação Internacional de Boxe Amador, Ching Kuo Wu, ao defender o uso de saias pelas mulheres nas lutas das Olimpíadas de Londres 2012 (primeira edição dos jogos a ter a participação das mulheres no boxe) justificando que somente a vestimenta identificaria que se tratava de mulheres e que a mesma tornaria o esporte mais feminino (BRENAN *apud* Nascimento, 2012).

As representações sociais, portanto, não podem ser encaradas como sistemas de classificação dados na realidade, mas sim como construções sociais que, ao significar tudo o que existe no mundo, produzem o sentido de ser e estar em sociedade. E, segundo Birolli (2011), “os meios de comunicação têm, nas sociedades contemporâneas, um papel central na difusão de representações do mundo social” (p.85). Assim, um dos sistemas que cria, reproduz, sedimenta e legitima essas representações como realidades inquestionáveis é a mídia.

O papel da mídia na configuração das sociedades modernas

Nas sociedades contemporâneas e em um movimento que teve o início mais enfático na modernidade, a mídia está intrinsecamente associada ao cotidiano e à vida social dos indivíduos. Os produtos midiáticos, desde as inúmeras formas de publicidade, as novelas, os noticiários, os seriados, além das diversas plataformas onde estes podem ser difundidos e

acessados, são tão parte constituinte da sociedade, que se torna árduo identificar o que influencia o quê e como esse processo se firma.

A relação estabelecida entre mídia e sociedade seria, então, dialética, partindo “do pressuposto de que os meios de comunicação de massa absorvem e reciclam os conteúdos, as demandas e tendências comportamentais da sociedade, e os públicos se apropriam e ressignificam os mesmos” (CASTRO; PRADO, 2012, p. 250).

Em um processo semelhante e simultâneo à globalização, o desenvolvimento tecnológico dos aparatos técnicos midiáticos, isto é, dos suportes para os meios de comunicação de massa modificaram e continuam modificando profundamente a conjuntura social no que tange, principalmente, ao estabelecimento das relações e interações.

Thompson (*apud* CASTRO; PRADO, 2012) reflete acerca de três modos de interação que coincidem com períodos da história da humanidade. Ainda que tais modos sejam completamente distintos, a existência de um não anula o outro. A interação face a face se caracteriza pela relação estabelecida por meio do contato direto, o popular “olho no olho” e é mais condizente com a época em que, praticamente, essa era a única forma de comunicação. Para que a interação mediada aconteça, se faz necessário o uso de algum meio técnico (papel, telegrama, telefone, celular, computador, entre outros) que possibilite o estabelecimento da comunicação entre, no mínimo, dois indivíduos. Assim, as duas formas acima são dialógicas.

A interação quase-mediada, por sua vez, é monológica, já que é determinada pelos meios de comunicação de massa (livro, revista, jornal, televisão, internet). Ou seja, nesse caso, como não há qualquer tipo de contato entre os sujeitos participantes, a ligação entre eles é simbólica (THOMPSON *apud* CASTRO; PRADO, 2012), assumindo, assim, o papel de receptores, o que não implica em passividade.

As interações face a face não são mais necessariamente e tão somente essenciais no processo de construção das identidades, balizadas em relação ao Outro (BHABHA, 1998; HALL, 2016; POLLAK, 1992; WOODWARD *apud* SILVA, 2000). Os meios de comunicação de massa, ao criarem, ressignificarem, difundirem e propagarem representações, criam e legitimam modelos e/ou padrões de identidades, com os quais os sujeitos podem se identificar, reforçar ou rejeitar.

Segundo Moscovici *apud* Duveen (2015),

Nas sociedades pré-modernas [...], são as instituições centralizadas da Igreja e do Estado, do Bispo e do Rei, que estão no ápice da hierarquia de poder e regulam a legitimação do conhecimento e das crenças. [...]. A modernidade, em contraste, se caracteriza por centros mais diversos de poder, que exigem autoridade e legitimação, de tal modo que a regulação do conhecimento e da

crença não é mais exercida do mesmo modo (DUVEEN *apud* MOSCOVICI, 2015, p. 17).

À mídia é atribuído um papel institucional de total legitimidade e credibilidade, em que a produção de sentidos e, conseqüentemente, representações acerca da realidade são aceitas em consenso pela sociedade (RIBEIRO; HUYSSSEN *apud* SGARBIERI, 2006). Barbosa (2004) argumenta que ao discurso midiático é conferido um caráter verídico pela sociedade antes mesmo de saber do que se trata. Os meios de comunicação de massa atuam, assim, na construção de consciências, ideias, representações e, conseqüentes, identidades.

Nesse processo de selecionar assuntos, eleger modelos representacionais e escolher o modo como estes serão difundidos (BASTOS; RISTUM, 2003), a mídia pode atuar na manutenção, reforço ou ruptura dos padrões sociais. Hall (2016) reflete sobre como os aparatos midiáticos foram usados no Novo Imperialismo, no século XIX, para difundir convenções comportamentais e legitimar o processo de colonização nas nações africanas. Perante os povos africanos, se divulgava maciçamente o estilo de vida “civilizado” das metrópoles como forma de naturalizar toda e qualquer medida colonizadora. Assim como, se propagava nas metrópoles a necessidade das matérias-primas provenientes daqueles territórios para a manutenção da civilização.

Nessas sociedades contemporâneas, a relação entre os indivíduos e os meios de comunicação é de dependência cognitiva (BIROLI, 2011). Os sujeitos usam os padrões e as representações sociais propagadas pela mídia como ponto de referência para identificação e é devido a isso que os processos de comunicação são “fenômenos de produção de identidade, de reconstituição de sujeitos, de atores sociais’ [...] e os meios de comunicação são um fenômeno cultural através do qual a pessoa, ou muitas pessoas, cada vez mais pessoas vivem a constituição do sentido de sua vida” (MARTIN-BARBERO *apud* ESCOSTEGUY, 2001, p. 165).

A mídia, por intermédio dos meios de comunicação de massa, oferece lugares, posições, com o uso das imagens, padrões, modelos, convenções e discursos acerca destes, em que o sujeito pode se inserir, ressignificar, modificar ou repudiar (KELLNER *apud* SOUSA, 2014).

Assim, os meios de comunicação, como intermediadores de relações sociais entre os indivíduos e entre o sujeito social e o mundo em que está inserido, se constituem como produtores e propagadores das representações, as quais podem ser aceitas ou rejeitadas como pontos de identificação e, portanto, de identidades sociais.

Considerações Finais

Diante do exposto, é possível depreender a tendência em estabelecer e conceituar as identidades sociais como plurais, diversas, em constante construção e, conseqüentemente, transformação. Isso acontece porque elas são também relacionais, isto é, o processo de constituição e consolidação destas é resultante das interações sociais entre os indivíduos, as culturas e as relações estabelecidas entre si e com os meios técnicos. Dessa forma, a ideia de uma identidade singular, fixa e inata dá lugar a sua caracterização enquanto flexíveis e móveis.

Para que esse processo de identificação individual e social aconteça, há as representações sociais, que são modelos facilitadores de apreensão da realidade e ordenamento social. São estas representações que fornecem aos indivíduos meios de interpretar o mundo e estabelecer as relações sociais. No entanto, a conseqüência direta desse processo é a generalização que estas provocam por não conseguirem abranger a realidade na sua totalidade, mas ainda assim fixam suas raízes fortemente no imaginário social.

É nessa conjuntura que se insere a fundamental relevância e profunda influência da mídia na criação e reprodução das representações nas sociedades contemporâneas ou midiáticas. Os meios de comunicação são parte intrínseca dos indivíduos, pois se consolidam como mediadores diretos no processo de interpretação do mundo. Aquilo com que o sujeito não consegue ou não pode criar vínculo direto é apresentado pela mídia. Assim, ela difunde sentidos, significados, modelos, representações, que são adotados, reproduzidos e reforçados socialmente.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, M. Jornalistas, “senhores da memória”?. In: ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM, 4, 2004, Porto Alegre. **Anais eletrônicos**. São Paulo: Intercom, 2004. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br>>. Acesso em: 25 fev 2016.

BASTOS, ACS; RISTUM, M. A violência urbana e o papel da mídia na concepção de professoras do ensino fundamental. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 13, n. 26, p. 181-189, 2003.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. **Revista Brasileira de Ciência Política**. Brasília, n. 6, p. 71-98, Jul./Dez., 2011.

CASTRO, A.L.; PRADO, J. do. Corpo e Identidades Femininas: a intermediação da mídia. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, v. 17, n. 32, p. 241-259, jan-jun, 2012.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos estudos culturais**: uma versão latino-americana. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.

HALL, Stuart. **Cultura e Representação**. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, Apicuri, 2016.

_____. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000a.

MORIGI, V. J. Teoria Social e Comunicação: Representações sociais, produção de sentidos e construção dos imaginários midiáticos. **E-Compós: Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação**. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, dezembro, 2004. Disponível em: <<http://www.compos.org.br/e-compos>>. Acesso em: 22/05/2017.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais: Investigações em psicologia social**. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

NASCIMENTO, P. H. do. **Mulheres no pódio: as histórias de vida das primeiras medalhistas olímpicas brasileiras**. 2012. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa: Projetos para Mestrado e Doutorado**. 1 ed. São Paulo: Hacker Editores, 2001. A pesquisa, seus métodos e seus tipos, p. 103-150.

SGARBIERI, A. N. Representações do gênero feminino na mídia impressa. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, n. 35, v. 1, 2006. Disponível em: <revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/>. Acesso em: 28 maio 2017.

SILVA, T. T. da (org.). *et al.* **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 1 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

SOUSA, L. L. **Ideologia e identidades: a construção da imagem do Piauí na “Caravana Meu Novo Piauí” e “Caravana TV Cidade Verde 25 anos”**. 2014. 204 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2014.